

## O PROTAGONISMO COMO EXPERIÊNCIA DO PENSAMENTO E FORMAÇÃO DE LEITOR<sup>150</sup>

*Odair Marques Pereira* (UEMS)

[odairfilosofo@gmail.com](mailto:odairfilosofo@gmail.com)

*José Rone Rabelo da Silva* (UEMS)

[ronerabelo@gmail.com](mailto:ronerabelo@gmail.com)

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar sistematicamente a importância do protagonismo no aprendizado de língua portuguesa e Filosofia. Esta como uma atividade prática necessária para proporcionar o efetivo exercício da liberdade e autonomia dos estudantes como sujeitos protagonistas a partir do Esclarecimento de Kant. Para o filósofo o exercício da liberdade está sistematicamente associado ao esclarecimento, isto é, a capacidade da pessoa pensar por si mesma sem o auxílio de terceiros. Enfim, o educador filósofo é aquele que desperta no educando o senso crítico, o prazer pelo conhecimento e, acima de tudo, a sua autonomia e liberdade. Nesse sentido, as investigações, reflexões, propostas pelas lentes dos autores, são articuladas a formação de leitor, pois o foco hoje é a formar leitor capaz de ir além da decodificação e do padrão linguístico, que ele penetre e saia da experiência produzida na leitura dos textos com reflexões de caráter protagonistas sobre os mais diversos aspectos da vida cotidiana.

#### Palavras-chave:

Autonomia. Esclarecimento. Kant. Liberdade. Protagonismo. Formação de leitor.

### 1. Introdução

Uma Educação emancipadora é uma das características cada vez mais evidente numa sociedade democrática (ADORNO, 1995). Uma democracia forte é construída a partir de pessoas emancipadas. A educação para a emancipação é entendida como “uma educação para a autonomia, para a reflexão, a resistência e a autodeterminação.” (KOHAN, 2010, p. 205). Portanto, aqui cabe uma indagação que servirá de norteamento para o desenvolvimento do presente artigo: Qual o papel do ensino de Filosofia no processo de emancipação dos discentes?

---

<sup>150</sup> Este artigo foi elaborado a partir de leituras propostas durante o curso “Aprendizagem e autoria: um olhar para a (re)construção do conhecimento”, promovido em 2018 pelo CEFOR (Centro de Formação de Professores) da Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul.

Somente um pensar livre e rigoroso irá proporcionar ao ser humano o que é coerente ou não a ser feito em determinada situação. Portanto, quando isso não ocorre, não se concretiza junto aos habitantes de uma sociedade democrática, a educação pode conduzir a barbárie, ao holocausto. “Por isso, uma educação para a emancipação é também uma educação contra a barbárie” (KOHAN, 2010, p. 204).

Para Kant uma educação emancipadora é aquela que proporciona o desenvolvimento dos talentos filosóficos que cada um tenha, é a capacidade de exercitar os talentos da razão, ou seja, é aquela educação que leva o ser humano a sair de sua menoridade racional (KOHAN, 2010).

Uma educação emancipadora não é uma atividade mágica que acontece num piscar de olhos, mas é algo dinâmico que se concretiza dentro de um processo histórico. A emancipação dos indivíduos e a atividade filosófica é algo inseparável, pois a filosofia é uma atividade prática que visa o exercício do talento da razão. Não existe emancipação verdadeira sem uma educação voltada para a formação da autonomia dos indivíduos, nisto consiste o verdadeiro papel da Filosofia e do filosofar. Nesta linha de raciocínio Kohan afirma: “não há emancipação política sem uma educação política consistente com seus fins e princípios.” (KOHAN, 2010, p. 205).

O presente artigo tem como objetivo analisar sistematicamente a importância do ensino de Filosofia como uma atividade prática necessária para proporcionar o efetivo exercício da liberdade e autonomia dos estudantes como sujeitos protagonistas a partir do Esclarecimento de Kant.

## **2. A Educação como a efetivação da autonomia e da liberdade em Kant**

Immanuel Kant nasceu em Königsberg, na antiga Prússia Oriental (hoje incorporada à Rússia) em 1724. Sua família não possuía recursos financeiros, o que levou Kant a possuir uma educação fundamentada na Doutrina Luterana, vertente sustentada na leitura direta da Bíblia. Posteriormente veio a estudar na Universidade Albertina. Na docência, era admirado por seus alunos devido a sua capacidade intelectual e sua simpatia. Centrou seus estudos “na apreciação crítica das condições de possibilidade do conhecimento humano”, na “capacidade de julgar” e na “forma como nos devemos conduzir, isto é, da ética”. Sua filosofia crítica é resultado de uma separação: do que é verdadeiro e útil ao raciocínio daquilo que não o é. Deriva de três fontes: o racionalismo dogmático, o empirismo cético e a física

matemática. Faleceu em 1804, com sinais de demência na cidade em que nasceu.

Kant deixou um vasto legado, dentre eles, uma resposta dada a seguinte pergunta: “Que é esclarecimento?” Sua conclusão foi publicada em 1783, tornando-se um marco filosófico desde então, inclusive como sinônimo de iluminismo, embora *Aufklärung* signifique ‘esclarecimento’.

A menoridade essa que seria a própria incapacidade do indivíduo de usar o seu entendimento sem ser auxiliado por outra pessoa. Para o esclarecimento, o homem teria que ser corajoso e fazer uso de seu próprio entendimento. Eis a famosa frase que Kant emprega: *Sapere Aude*: ‘atreva-se a saber’, ‘ouse saber’. Ou seja, a razão sendo um exercício da autonomia, e sendo esta autonomia livre, atingir a ‘maioridade’ seria praticar o uso livre da razão.

Segundo Kant, em sua obra mais importante, a *Crítica da razão pura*, “a nossa época é a época da crítica, à qual tudo tem que submeter-se.” (KANT, 1989, p. 5). Trata-se de uma crítica dirigida não apenas às crenças religiosas, políticas e às ideias em geral, mas à própria razão, que deve conhecer com clareza suas possibilidades e seus limites. Kant começa pelo próprio termo esclarecimento, que “é a saída do homem de sua menoridade”. O que produz tal menoridade é o próprio homem, que não consegue sair de sua condição medíocre e tomar coragem de servir-se de si mesmo sem necessitar da ajuda de alheios. A menoridade do homem o afeta em todos os campos: na política, na sociedade, no trabalho, etc.

*Esclarecimento (Aufklärung) significa a saída do homem de sua minoridade, pela qual ele próprio é responsável. A minoridade é a incapacidade de se servir de seu próprio entendimento sem a tutela de um outro. É a si próprio que se deve atribuir essa minoridade, uma vez que ela não resulta da falta de entendimento, mas da falta de resolução e de coragem necessárias para utilizar seu entendimento sem a tutela de outro. Sapere aude! Tenha a coragem de te servir de teu próprio entendimento, tal é portanto a divisa do Esclarecimento. (KANT, 2016, p. 1)*

O processo para se sair desse estado de minoridade está no autocontrole e na liberdade que cada indivíduo deve cultivar. Todos nós Somos convidados a sair do comodismo, a romper com as cavernas que nos aprisiona, a sair em busca do saber. Somente através dessa ousadia será possível sair de nossa condição de menor. Essa ousadia implica a “*coragem de fazer uso de teu próprio entendimento*”, o que é como que o slogan do esclarecimento. A menoridade aqui descrita seria a própria incapacidade do indi-

víduo de usar o seu entendimento sem ser auxiliado por outra pessoa. Para o esclarecimento, o homem teria que ser corajoso e fazer uso de seu próprio entendimento. Por isso Kant descreveu a famosa frase que emprega: *Sapere Aude*: ‘atreva-se a saber’, ‘ouse saber’. Quer dizer, a razão sendo um exercício da autonomia, e sendo esta autonomia livre, atingir a ‘maioridade’ seria praticar o uso livre da razão. Para Kant a preguiça e a covardia são as causas que levam muitos homens a permanecerem em sua menoridade. São as razões que explicam porque é tão fácil algumas pessoas manipularem facilmente.

É tão cômodo ser menor. Se possuo um livro que possui entendimento por mim, um diretor espiritual que possui consciência em meu lugar, um médico que decida acerca de meu regime, *etc.*, não preciso eu mesmo esforçar-me. Não sou obrigado a refletir, se é suficiente pagar; outros se encarregarão por mim da aborrecida tarefa. Que a maior parte da humanidade (e especialmente todo o belo sexo) considere o passo a dar para ter acesso à maioridade como sendo não só penoso, como ainda perigoso, é ao que se aplicam esses tutores que tiveram a extrema bondade de encarregar-se de sua direção. (KANT, 2016, p. 1)

Portanto, o ‘não’ uso da razão em busca do *Aufklärung* abriria caminho para que outro tomasse as rédeas da vida do indivíduo, manipulando-o (embora com seu próprio consentimento), mas impedindo-o (por preguiça ou inação) de pensar e se conduzir por si mesmo. Esse seria o conselho de Kant para tais homens – sair da menoridade e conduzir a sua vida em busca da maioridade (obter autonomia), mesmo que sofra atropelos no início de seu caminhar. Cair e levantar-se sem se deixar intimidar com as prerrogativas que a vida lhe proporcionar.

Para Kant, a verdadeira revolução deve ser a mudança de pensamento das pessoas. Essa mudança traz benefícios muito maiores que a de uma revolução política, em que apenas se trocam algumas pessoas do poder, mas a dominação continua. Uma revolução assim, que derruba um governo despótico, “*nunca produzirá a verdadeira reforma do modo de pensar*”. O esclarecimento exige liberdade. Uma liberdade não limitada, não condicionada, que favoreça apenas aos que têm o “poder” nas mãos. Também o uso privado da razão, apesar de ser limitado, pode ajudar consideravelmente no progresso do esclarecimento. O uso privado da razão é aquele que o sábio pode fazer em um certo cargo público ou numa função a ele confiada. Um oficial não pode colocar, contra seu superior, seu raciocinar em voz alta. “Deve obedecer”. Entretanto, este mesmo oficial não está impedido de fazer observações sobre os erros no serviço militar. Da mesma forma que um

sacerdote, obediente ao credo que professa, diz palavras, em seu sermão, coniventes com o credo professado. Mas, pode e deve, contudo, alertar o público sobre as ideias equivocadas da fé professada.

Para Kant, a dor da maioria intelectual é passageira, pois bastariam algumas quedas, frustrações para que todos aprendessem a pensar si próprio, isto é, exercitar a plena autonomia e liberdade. O sistema de produção capitalista na atualidade faz um adestramento profundo aos homens deixando-os incapaz de caminhar, de pensar por si próprio, quer dizer, depois de manipulá-los profundamente fazendo-os a pensarem que tem autonomia, mostram-lhes o perigo caso tente romper com tal estrutura. Para Kant, esse perigo na verdade não é um bicho de sete cabeças, bastam-lhes algumas quedas que os homens aprenderiam a andar com suas próprias pernas, aprenderiam a pescar sem o adestramento de ninguém. Portanto, é muito difícil o homem individualmente romper com essa menoridade que já se tornou uma prática natural de sua cotidianidade. “Ele se apegou a ela, e é então realmente incapaz de se servir de seu entendimento, pois não deixam que ele o experimente jamais” (KANT, 2016, p. 2). Preceitos e fórmulas, esses instrumentos do uso racional, quer dizer, do abuso, de seus dons naturais, são os grilhões que os condiciona a permanecerem em sua menoridade por toda a vida. Quem rompesse com tal estrutura só seria capaz de dar um salto no escuro desprovido de qualquer certeza que almejaría a sua liberdade e autonomia. “Assim, são poucos os que conseguiram, pelo exercitar de seu próprio espírito libertar-se dessa minoridade tendo ao mesmo tempo um andar seguro” (KANT, 2016, p. 2).

Mesmo a época relatada por Kant é um período apenas de passagem. A época do filósofo não é, ainda, “esclarecida”, mas está em processo de “esclarecimento”. Tal processo é fruto do Iluminismo, tendência de pensamento esclarecido pela luz da razão, e não mais das trevas do val. Portanto, o texto de Kant é essa explicação do esclarecimento. Com ele e nele, temos a ansiedade de buscar, assim como o próprio filósofo, inspirado por Hume, “acordar do sonho dogmático” em que vivemos. Só assim é que o homem se redimirá de sua culpa e sairá de sua tão deplorável menoridade.

O esclarecimento, isto é, a capacidade do homem pensar si mesmo defende com todas as letras o efetivo exercício da liberdade, e mesmo a mais simples de toda a liberdade, isto é, o direito de exercer sua razão publicamente em todos os sentidos.

Mas ouço clamar de todas as partes: não raciocinai! O oficial diz: não raciocinai, mas fazei o exercício! O conselheiro de finanças: não raciocinai, mas pagai! O padre: não raciocinai, mas crede! (Só existe um senhor no mundo que diz: *raciocinai* o quanto quiserdes, e sobre o que quiserdes, mas *obedecei*). Em toda parte só se vê limitação da liberdade. Mas que limitação constitui obstáculo ao Esclarecimento, e qual não constitui ou lhe é mesmo favorável? Respondo: o uso *público* de nossa razão deve a todo momento ser livre, e somente ele pode difundir o Esclarecimento entre os homens; o uso *privado* da razão, por sua vez, deve com bastante frequência ser estreitamente limitado, sem que isso constitua um entrave particular o progresso do Esclarecimento. (KANT, 2016, p. 3)

Para Kant, o uso público da razão está associado a ação prática enquanto sábios voltada para o público que lê. O uso privado é denominado por ele aquilo que é autorizado a fazer de sua razão diante de uma função que somos encarregados. Portanto, existem muitas tarefas que são incumbidas a nós de interesse coletivo é composta de certos mecanismos, obrigando-nos a se comportar passivamente. Nesse caso, não nos é permitido proferir nenhum argumento ou questionamento, mas apenas obedecer. Será que vivemos em uma época esclarecida? Kant responde:

Não, mas numa época de *esclarecimento*. Muito falta ainda para que os homens, no estado atual das coisas, tomados conjuntamente, estejam já num ponto em que possam estar em condições de se servir, em matéria de religião, com segurança e êxito, de seu próprio entendimento sem a tutela de outrem. (KANT, 2016, p. 7)

Portanto, o esclarecimento entendido como a saída do homem de sua menoridade e que passa a pensar por si mesmo é possível dentro de uma Educação que evoca em sua missão “a inclinação e a vocação para *pensar livremente*” (KANT, 2016, p. 8). A autonomia é alcançada por meio da efetivação da liberdade. Não existe liberdade sem autonomia e nem autonomia sem o efetivo exercício da liberdade. O ser humano enquanto ser de razão, isto é, enquanto sujeito que conhece é essencialmente livre. Como ser livre, encontra sua existência em um processo de mudança, evolução e desenvolvimento pelo qual seu próprio “ser” se revela, se realiza e em busca da compreensão do seu fim último, isto é, do transcendental, porque toda ação humana tem uma finalidade suprema que é a realização da felicidade, como resultado do exercício da vontade livre e autônoma. O exercício efetivo da liberdade de cada um se concretiza no interesse coletivo, visto como uma etapa final de uma ação fundamentada em critérios morais, na cooperação, na reciprocidade e no desenvolvimento de uma ação consciente e responsável e compromissada para com a pessoa do outro. A liberdade só possui sentido na ação, na capacidade do homem de agir para tornar-se digno da

felicidade. Para Kant, uma vontade livre e uma vontade sujeitas a leis morais podem ser consideradas a mesma coisa, na medida em que uma vontade absolutamente boa é aquela que em sua máxima pode sempre em si conter a lei universal. O bem supremo em Kant é alcançado pela moralidade que provem exclusivamente da propriedade da liberdade. Como já mencionado, Kant concebe uma razão pura que é prática, isto é, dotada de causalidade em relação a seus objetos. E a ação é livre quando decorre exclusivamente da razão. Enfim, para Kant o sujeito verdadeiramente livre e autônomo, é aquele que se submete apenas a si mesmo ou as leis que emanam da sua própria razão.

Quando, portanto, a natureza libertou de seu duro envoltório o germe sobre o qual ela vela mais ternamente, isto é, a inclinação e a vocação para *pensar livremente*, então essa inclinação age por sua vez sobre a sensibilidade do povo (graças à qual este se torna cada vez mais capaz de ter a *liberdade de agir*) e finalmente, também sobre os princípios do *governo*, que encontra o seu próprio interesse em tratar o homem, que doravante *é mais do que uma máquina*, na medida de sua dignidade. (KANT, 2016, p. 8)

Ao filosofar verdadeiramente, isto é, alcançar a capacidade de exercitar seu próprio entendimento, exercitar a razão livremente, os jovens gozarão de sua emancipação de forma autêntica. Lídia Maria Rodrigo recorre ao texto kantiano *A resposta à pergunta: que é esclarecimento* para argumentar que uma educação emancipadora passa pelo processo do esclarecimento do ser humano.

Kant, um dos mais ilustres representantes do pensamento iluminista, concebia como minoridade do homem a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. Logo, a maioridade, no sentido kantiano, refere-se à capacidade de pensar por conta própria ou, em outros termos, à conquista de autonomia intelectual. (RODRIGO, 2009, p. 19)

Enfim, a grande missão da filosofia de Kant é proporcionar ao estudante a reflexão da própria reflexão, é fazer a crítica da própria crítica, pensar como funciona o processo do próprio pensamento, da própria reflexão. Portanto, estudar filosofia é estudar sobre o próprio pensamento, sobre a própria reflexão. Tornar o uso público da razão, é tornar público seu pensamento, é promover um diálogo crítico do seu pensamento com a própria filosofia. A tarefa do filósofo na sala de aula não é vencer o debate diante dos estudantes, mas sim refinar a razão dos discentes para que eles possam exercer com autonomia e liberdade seu protagonismo, assim sendo, promovendo a esse aluno uma formação de leitor, a qual, serão apontadas reflexões no próximo tópico.

### 3. *Formação de leitor e protagonismo: olhares e reflexões*

Analisaremos neste tópico a formação de leitor com foco no protagonismo, pois consideramos que o aprendizado de Língua Portuguesa e Filosofia contribui a essa formação.

Além disso, a escola, principalmente na atualidade, se vê diante do desafio de formar um aluno crítico, cidadão, que saiba discernir e interpretar com clareza o mundo a sua volta e consiga agir sobre ele por meio de leituras que versem sobre essa realidade. A leitura dos textos de Filosofia e de Língua Portuguesa, tem o poder de oportunizar ao professor e aos alunos o pensar sobre essa realidade (OLIVEIRA, 2017, p. 36). Alia-se a isso o fato de que a leitura está dentro da escola desde o surgimento da mesma, no entanto, ainda não é explorada na sua totalidade.

[...] a leitura está presente nas escolas desde seu surgimento, porém inicialmente com o intuito de transmitir um padrão linguístico. Hoje a leitura tem por objetivo formar o leitor, para tanto é necessário conceber “a leitura não como o resultado satisfatório do processo de letramento e decodificação de matéria escrita, mas como atividade propiciadora de **experiência única com o texto** [...]” (ZILBERMAN, 2009, p. 16) (Grifo nosso)

A leitura de textos de língua portuguesa não deve se prender, unicamente, a transmitir um padrão linguístico, por exemplo, o ensino da gramática, esse padrão linguístico pode até ser explorado com a leitura de textos, mas não deve ser o foco da atenção do professor e do aluno, pois o foco hoje é a formar leitor capaz de ir além da decodificação e do padrão linguístico, que ele penetre e saia da experiência produzida na leitura dos textos literários ou não, com reflexões de caráter protagonistas sobre os mais diversos aspectos da vida do indivíduo.

Esse protagonismo acontece porque a leitura das obras literárias ou não proporciona efeitos no leitor. Um é aquele que leva o leitor ao universo imaginário e o instiga a fazer um posicionamento intelectual. O outro é que a literatura faz com que o leitor reflita sobre seu cotidiano e incorpore novas experiências. Todavia, é no decorrer do processo de leitura que o leitor dialoga com diversas culturas e isso o faz compreender seu papel como sujeito histórico (COSSON, 2014, p. 13).

A leitura [...] constitui uma atividade sintetizadora, permitindo ao indivíduo penetrar o âmbito da alteridade sem perder de vista sua subjetividade e história. O leitor não esquece suas próprias dimensões, mas expande as fronteiras do conhecido, que absorve através da imaginação e decifra por meio do intelecto. Por isso, trata-se também de uma atividade bastante completa,



raramente substituída por outra, mesmo as de ordem existencial. Essas têm seu sentido aumentado, quando contrapostas às vivências transmitidas pelo texto, de modo que o leitor tende a se enriquecer graças ao seu consumo (ZILBERMAN, 2009, p. 17)

A leitura do texto literário ou não carrega consigo uma função de sintetizar várias condições humanas, no entanto, o leitor não esquece suas próprias dimensões, ele a expande e agrega novos conhecimentos aos que ele já possuía. A leitura de obra literária consegue atuar em nosso cérebro de maneira que não conseguimos perceber, provocando situações que remete a criação de caminhos para reavaliar atitudes e que diante disso leva-nos a um amadurecimento enquanto pessoa humana (COSSON, 2014, p. 18).

A leitura, principalmente, do texto literário é riquíssima devido ao seu caráter polissêmico. No entanto, para explorar melhor essa multiplicidade de sentidos é preciso que a leitura seja individual. Mesmo sabendo que existe um processo de escolarização da literatura a leitura e a percepção individual conferem diferentes possibilidades, entre essas, a função de provocar o leitor a busca por sua liberdade (COSSON, 2014, p. 21).

É preciso defender o uso nas salas de aula de uma prática de leitura adequada e cheia de descoberta que contenha no interior do processo da leitura

[...] a ficção feita palavra na narrativa e a palavra feita matéria na poesia são processos formativos tanto da linguagem quanto do leitor e do escritor. Uma e outra permitem que se diga o que não sabemos expressar e nos falamos de maneira mais precisa o que queremos dizer ao mundo, assim como nos dizemos nós mesmos (COSSON, 2012, p.17)

Para que aconteça o mencionado na citação anterior é preciso urgentemente que a escola busque alternativas para esse contexto e o professor é o principal foco de atenção, pois para se formar leitores, protagonistas comprometidos, transformadores de suas realidades é necessário primeiramente a transformação das práticas de leitura.

Discutir e tentar promover um espaço para que deixemos de ser mecanicistas e fazedores de fórmulas mágicas de como ensinar leitura e passarmos para algo mais apropriado, que a nosso ver seria estudar a percepção [...] (OLIVEIRA, 2017, p. 25)

O ato de ler tem por meio da percepção, da função do texto literário e dos processos de leitura o dever de alcançar várias interpretações, essas advindas dos diversos e divergentes sentidos, dos inúmeros imaginários, das múltiplas sensibilidades, assim como das infinitas subjetividades. As

leituras advindas das interpretações cerebrais ocorridas no CAC<sup>151</sup> serão o substrato de onde brotarão os conhecimentos que atuarão na formação de leitor da sociedade.

Vale lembrar que é a formação de um leitor que queremos alcançar está envolvida em várias instâncias, uma delas são as relações entre leitor, texto e escritor. O leitor é um ser desconhecido e dotado de privilégio porque a leitura precisa da participação de um leitor (JOUVE, 2002, p. 63).

Segundo Jouve (2002, p.63) “[...] a leitura, de fato, longe de ser recepção passiva, apresenta-se como uma interação produtiva entre texto e leitor. O leitor ao ler um texto nem sempre encontrará o que buscava, e nessa relação de confronto que às vezes ocorre entre o escritor e leitor, um sairá vencedor. De nada valerá ao escritor trazer ou não trazer a chave, “[...] o leitor, como freguês de botequim, parece que tem sempre razão...” (LAJOLO, 1994, p.34). Por exemplo, por mais que o escritor tente em seus livros adequar o tema ao erotismo, suspense ou ainda a uma perfeição na escrita, isso de nada adiantará se as expectativas do leitor não forem atingidas, o leitor soberano de si tenderá a “[...] dizer ao escriba: não, não trouxeste a chave...” (LAJOLO, 1994, p. 34).

Para tal propositura, acima citada, e sabendo da soberania do leitor, o escritor precisa expor com justiça sua melhor argumentação, para com isso persuadi-lo a atuar como seu comparsa e interlocutor, essas ações são “[...] ingredientes fundamentais do pacto que escritores e leitores celebram desde que o mundo passou a circular em folhas impressas, reunidas em livros vendidos em lojas especializadas” (LAJOLO, 1994, p. 35).

É possível, sim, formar leitores e uma perspectiva adequada e que tem maiores chances de se obter sucesso é se colocar em seu lugar, antecipando suas reações, emoções, esperanças e expectativas.

Dentre tais hipóteses, algumas são mais importantes do que outras. E, dentre as mais importantes, salientam-se as que respondem a questões que quem almeja a sedução tem de responder-se: 1) que imagem este (a) outro (a) tem de si mesmo (a)? que imagem este (a) outro (a) gostaria que eu tivesse dele (a)? Enquanto como leitores a história nos reserva o papel de *seduzidos (as)* e não de sedutores, como detetives de um bom livro policial vamos em busca, não já do criminoso, mas da vítima: nós mesmos, professores e educadores envolvidos com a leitura – na imagem que de nós traça o materi-

---

<sup>151</sup> Centro de Ativação Cerebral, assim denominado por Oliveira (2017, p. 30)

al didático e paradidático que pretende, com o nosso apoio e aval, chegar aos consumidores escolares (LAJOLO, 1994, p.38)

Para chegar à sedução dos alunos, “os protagonistas”, a autora propõe que é preciso responder as duas indagações, citadas acima, no entanto, também lança dúvidas em relação a tal processo, pois como bem mostra os professores e educadores no decorrer da história foram “seduzidos” e “não sedutores”, ou seja, alguém que foi seduzido, provavelmente, não terá condições de seduzir a outro, nesse caso o aluno. As indicações que os professores fazem aos alunos do material didático ou não, são exemplos de que o professor foi seduzido um por determinado material e que este servirá de leitura aos seus alunos, não lhes dando liberdade de escolha, podemos considerá-los como reféns ou consumidores de algo que já foi pré-selecionado.

É preciso fazer reflexões sobre a participação dos professores e dos alunos no processo de formação em relação à leitura dos textos, principalmente a que acontece nos interiores das escolas.

Numa última perspectiva, o desencontro [...] que explode na escola parece mero sintoma de um desencontro maior, que nós – *professores* – também vivemos. Os alunos não lêem, nem nós; os alunos escrevem mal e nós também. Mas ao contrário de nós, os alunos não estão investidos de nada. E o bocejo que oferecem à nossa explicação [...] é incômodo e subversivo, porque sinaliza nossos impasses. Mas, sinalizando-os, ajuda a superá-los. Pois só superando-os é que em nossas aulas se pode cumprir, da melhor maneira possível, o espaço de liberdade e subversão que, em certas condições, instaura-se pelo e no texto [...] (LAJOLO, 1994, p. 16)

Para chegar a uma formação de leitor que contemple o protagonismo ou vice-versa muitos obstáculos devem ser superados, todavia, somente os superando será possível, finalmente, colocar a disposição do leitor o tão sonhado protagonismo com liberdade de escolher, agir, pensar, refletir, sonhar, emocionar, etc.

#### **4. Considerações finais**

A formação de leitor foi influenciada pela história, pela filosofia, pela linguística, pela psicologia e por outras tantas ciências que versam sobre a vida, em outras palavras, essa capacidade de aceitar as interações com demais áreas fez com que o aprendizado de língua portuguesa, principalmente à formação de leitor, criasse uma percepção do mundo que lhe é peculiar. Corroborar nesse sentido Merleau-Ponty em que nos expõe que a

percepção do mundo e das coisas acontece de forma não isolada e estanque, ou seja, não como “um acontecimento no mundo ao qual se possa aplicar, por exemplo, uma categoria, mas que a cada momento passa como uma recriação ou reconstituição do mundo” (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 279 *apud* OLIVEIRA, 2017, p. 26).

Além disso, ao propor a busca do protagonismo nas aulas de Língua Portuguesa o professor libera o aluno para uma leitura com a finalidade que ele desejar, pode ser simplória, minuciosa, exploratória, entre outras infinitas e descobrir que o ato de ler está circundado por vários processos e percepções. Todavia, esse olhar não é novo, mas é conveniente irromper uma discussão que promova um ambiente em que a atuação do aluno protagonista desperte para a formação de leitor.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSSON, Rildo. *Letramento Literário: teoria e prática*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

FAVERO, A. A.; CEPPAS, F.; GONTIJO, P.; GALLO, S.; KOHAN, W. (Org). O ensino de filosofia no Brasil: um mapa das condições atuais. In: *Cadernos Cedes*, Campinas, vol. 24, n. 64, p. 257-84, set. dez., 2004.

JOUBE, Vicent. *A leitura*. Trad. de Brigitte Hervot. São Paulo: UNESP, 2002.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1989.

\_\_\_\_\_. *Resposta à pergunta: que é esclarecimento*. Trad. de Luiz Paulo Rouanet. 2016. <https://bioetica.catedraunesco.unb.br/.../Immanuel-Kant.-O-que-é-esclarecimento.pdf>.

LAJOLO, Marisa. *Do mundo da leitura para a leitura do mundo*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.

MERLEAU-PONTY, Maurice. A sensação. In: MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. cap. 1, p. 26-34. Disponível em: <[https://monoskop.org/imagens/0/07/Merleau\\_Ponty\\_Maurice\\_Fenomenologia\\_da\\_percep%C3%A7%C3%A3o\\_1999.pdf](https://monoskop.org/imagens/0/07/Merleau_Ponty_Maurice_Fenomenologia_da_percep%C3%A7%C3%A3o_1999.pdf)>. Acesso em 04 de maio de 2016.

OBIOLS, Guilherme. *Uma introdução ao ensino de Filosofia*. Trad. de GALLO, S.; revis. da trad. de KOHAN, Walter Omar. Ijuí-RS: UNIJUÍ, 2002.

OLIVEIRA, Eliane Maria de. *Os processos de Leitura, a Percepção e as funções do Texto Literário*. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/WRLEM/art.pdf>. Acesso em 10 de Junho de 2017.

RODRIGO, Lídia Maria. *Filosofia em sala de aula: teoria e prática para o ensino médio*. Campinas-SP: Autores Associados, 2009.

ZILBERMAN, Regina. *O Papel da Literatura na Escola*. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/50376/54486>. Acesso em 12 de março de 2017.